

UM EXAME DA ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE BERTRAND RUSSELL EM VIDA E OBRA

JÚLIO CÉSAR AUGUSTO DO VALLE *

Resumo: O propósito deste artigo consiste em destacar os elementos que justificam a atualidade do pensamento de um importante filósofo e matemático do século XX por meio de um exame que procura enfatizar fatos relevantes de sua biografia bem como tópicos de sua contribuição acadêmica às diversas áreas com que teve contato. Trata-se, com efeito, de Bertrand Russell (1870-1972), responsável por uma vasta produção científica e literária. Procuramos, a partir disso, sinalizar um exame fundamentado na proposição de quatro categorias consideradas relevantes para compreender as disposições que animaram os caminhos de Russell. Tais categorias buscam, em síntese, destacar elementos constituintes do pensamento russelliano que, nesta leitura, se tornam importantes, inclusive, para a compreensão de sua atualidade.

Palavras-chave: Bertrand Russell, biografia, história

Abstract: The purpose of this article is to highlight the elements that justify the relevance of the thought of a major philosopher and mathematician of the twentieth century through a survey that seeks to emphasize the relevant facts of his biography as well as topics of his academic contribution to the various areas that he had contact. It is, in fact, Bertrand Russell (1870-1972), responsible for a vast scientific and literary production. We seek from that signal an examination of the proposition of four categories considered relevant to understanding the provisions that animated the Russell paths. We seek, through these categories, in short, to highlight elements of the Russellian thought that, in this reading, become important, even to understand its relevance.

Keywords: Bertrand Russell, biography, history

Provavelmente não exista caminho mais apropriado para compreender o que moveu as disposições de um homem do que rememorar fatos que lhe foram importantes em sua biografia, articulando-os, quando houver possibilidade, com as ideias que expressou e que chegam até a atualidade por meio de seus escritos e do registro de outros. É evidente que, em se tratando de Bertrand Russell, uma figura singular entre os filósofos de seu século por muitas razões, este

Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2016 e aprovado para publicação em 19 de maio de 2016.

* Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: julio.valle@usp.br

exercício demanda maior cuidado e talvez mesmo um estudo apenas com esta finalidade. Todavia, em certa medida, compreender o modo como construiu suas opiniões e seu modo de pensar único envolve inevitavelmente o estudo de sua biografia, o que constitui, portanto, o intento da exposição a seguir.

Bertrand Arthur William Russell, nascido no dia 18 de maio de 1872 no País de Gales, aproximadamente um ano após o falecimento de seu padrinho John Stuart Mill, foi neto do primeiro Conde Russell – estadista liberal e duas vezes Primeiro Ministro – com quem viveu, além da avó, durante toda a formação escolar. Isso porque sua mãe faleceu devido à difteria, em 1874, e seu pai, que não se consolara da perda da esposa, faleceu dois anos depois, após delegar a tutela dos filhos a dois livres-pensadores. Disposição anulada pelos avós que criaram os netos na mansão que lhes foi dada pela Rainha Vitória.

Da avó, por quem sentia a mais profunda admiração, Russell herdou inúmeros traços marcantes, dentre os quais destaco o fervor e convicção morais que sempre o caracterizaram. Ademais a frase escrita na Bíblia que recebeu da avó – “Não seguirás a multidão para a prática do mal” – apontou a “orientação a que este aderiu, corajosamente, durante toda a vida”.¹ Definiu, muitas vezes, a boa vida como aquela em que nos dedicamos a causas impessoais, cujo próprio caráter supera nosso tempo de vida, e, embora nunca tenha reconhecido devidamente, muito de sua concepção sobre a vida assemelha-se e coincide com o que defendia e vivia sua avó. Na verdade, Russell se aproximou deste reconhecimento ao observar: “Não acredito que ela jamais haja tido tempo de notar que estava ficando velha. Esta, creio eu, é a receita adequada para se permanecer jovem”.²

Em suas obras, embora se recorde da infância como um período sobremodo solitário de sua vida, não há momento em que a veja como infeliz, o que muito provavelmente, é devido ao ardor com que, menino, se dedicou aos estudos: primeiro em matemática e, depois, em filosofia. Com apenas onze anos, conheceu, por meio do irmão, a geometria de Euclides, mas decepcionou-se profundamente ao descobrir que os axiomas não poderiam ser demonstrados, e só consentiu em prosseguir com os estudos porque o irmão mais velho garantiu que progresso algum seria possível de outro modo. Posteriormente, Russell escreveria que apenas consentiu porque imaginou que conhecer tudo o que irmão conhecia em matemática seria interessante, mas sempre se sentiu perplexo diante do corpo de conhecimentos cuja primeira impressão fora

¹ AYER, Alfred Jules. *As ideias de Bertrand Russell*. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 18.

² RUSSELL, Bertrand. *Retratos de Memória*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958b, p. 45.

de indiscutível clareza. Não obstante, afirma que jamais venceu inteiramente suas dúvidas fundamentais quanto à validade da matemática, tal como sua filosofia viria, ulteriormente, a evidenciar. Trata-se, evidentemente, de um dos primeiros momentos de sua insubordinação.

No mesmo período, que abrange o fim de sua infância e o início de sua adolescência, Russell sentiu profundo pesar ao constatar que se afastava intelectualmente da avó. Entre os motivos que corroboraram este afastamento, sempre destaca o fervor religioso da avó, com o qual só havia correspondido na infância. Para o menino, trata-se de um dos momentos mais delicados de sua vida, porque, além das discordâncias religiosas, havia também seu interesse pela filosofia e o que este representava na tradição da família Russell.

Afortunadamente, não tardou para que o jovem iniciasse seus estudos em Cambridge, onde encontrou o ambiente propício para florescer intelectualmente. Como reconhece diversas vezes, na universidade, fez amizades que manteve durante toda a vida. Em meio às várias discordâncias de ordem filosófica e religiosa que tinha em casa, dedicou-se à matemática por entender que era destituída de conteúdo ético e que, por esse motivo, não suscitaria novas discordâncias com a família, mas, sobretudo, com a avó. Apesar disso, mesmo em Cambridge, não encontrou as justificativas que esperava desde o primeiro momento de estudos com seu irmão. Em suas palavras, “tardou quase vinte anos para que eu encontrasse toda a justificação que parecia possível, e mesmo isso ficou muito aquém das minhas esperanças juvenis”.³

Entretanto, o estudo da matemática o conduziu ao enfado – um “enjoo pela matemática, resultante de demasiada concentração e demasiada absorção pela espécie de habilidade requerida nos exames”.⁴ Por esse motivo, quando saiu de seu último exame de matemática, jurou a si mesmo que nunca mais retomaria tais estudos, chegando, inclusive, a vender todos os livros que tratavam sobre o assunto. Depois disso, em suas palavras, “nesse estado de espírito, o estudo da filosofia me proporcionou todo o encanto de uma paisagem nova, quando se sai de um vale”.⁵

Todavia, não foi apenas o enfado provocado por anos de estudo de matemática que motivou sua transição à filosofia, mas também o ceticismo que sentia com relação à religião. Afinal, este ceticismo, que o fizera duvidar mesmo da matemática, também o fizera duvidar dos dogmas fundamentais da religião. Quando isso aconteceu, Russell examinou um a um os dogmas religiosos que conhecia esperando, profundamente, encontrar razão para aceitá-los,

³ Ibidem, p. 4.

⁴ Ibidem, p. 14.

⁵ Ibidem, p. 14.

porém não via resposta alguma ao agnosticismo que sugeriam. Decidiu, após decepcionar-se com as pretensas certezas que oferecia a religião, que o estudo de filosofia poderia suprir-lhe duas carências: primeiro, “o desejo de encontrar algum conhecimento que pudesse ser aceito como indubitavelmente certo” e, segundo, “o desejo de encontrar alguma satisfação para os impulsos religiosos”.⁶

Não obstante, a decisão de estudar filosofia não ocorreu de modo brando, justamente devido ao fato de que, de acordo com a tradição, a família de Russell se dedicava à política desde o século dezesseis e, por isso, pensar em qualquer alternativa era, além de um disparate, uma traição à memória de seus antepassados, de modo que sua família fez, em seu dizer, “tudo para mostrar que o meu caminho seria suave, se escolhesse a política”.⁷ Além das comodidades que o caminho da política oferecia para um membro de sua família, havia, de fato, muita pressão no sentido de reiterar que este também deveria ser seu caminho. Russell, que chegou a hesitar, escolheu, por fim, a filosofia, que exercia sobre ele atração irresistível, observando, contudo, que se tratava de sua primeira experiência acerca de um conflito e julgou-a penosa.

Posteriormente, tornou-se noivo, em uma relação que desagradou claramente sua família, mas casou-se em poucos anos, antes de conseguir uma bolsa de estudos avançados no Trinity College, que não exigiam que ensinasse ou residisse em Cambridge. Assim, em companhia da esposa, para estudar política e economia, viajou para Berlim, publicando, neste período, seus primeiros escritos, dentre os quais destaco *German Social Democracy* (1896) e *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz* (1900).

Posteriormente, em um congresso em Paris, conheceu o lógico italiano Giuseppe Peano e seu próprio sistema de lógica matemática, que pareceu a Russell o instrumento de análise lógica que vinha procurando há anos. “Em verdade a notação de Peano é assaz incômoda e Russell viria a aperfeiçoá-la sensivelmente; serviu, entretanto, para alertá-lo quanto à possibilidade técnica de efetuar uma redução da matemática à lógica”.⁸ Desde então, Russell dedicou-se a compreender e estender os métodos de Peano, além de empenhar-se na análise das noções fundamentais da matemática, produzindo um esboço de seu livro *The Principles of Mathematics* (1903), que figura, ainda hoje, como um marco na história da matéria. Não obstante, Russell rejeitou alguns aspectos desta primeira grande obra – sobretudo aquilo que estava impregnado do realismo platônico – e acrescentou, à apresentação da segunda edição, a

⁶ Ibidem, pp. 12-13.

⁷ Ibidem, p. 4.

⁸ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 17.

afirmação de que sua tese central era de que a matemática e a lógica são idênticas.⁹ Contudo, para defender seguramente sua posição, foi preciso que Russell reelaborasse a lógica conhecida. O árduo trabalho requerido, em que contou com a cooperação de seu antigo orientador e amigo Alfred North Whitehead, culminou na elaboração e publicação dos *Principia Mathematica* (1910), a contribuição, por excelência, de ambos à matemática.

Durante os dez anos dedicados à produção da obra, Russell não permitiu que desaparecesse seu interesse pela política: no início do século, “fez campanha em prol do livre comércio e quando a viu triunfante, com a vitória liberal nas eleições gerais de 1906, passou a empenhar-se em favor da causa do sufrágio feminino”.¹⁰ Nos anos que sucederam, apesar de difíceis por envolverem sua separação da primeira esposa, Russell publicou um livro por ano, mostrando que não se descuidara do estudo dos temas por que se interessava. Tornou-se professor temporário em Harvard, mas logo retornou à Inglaterra, onde viveu a comoção gerada pelo início da Primeira Guerra Mundial.

O entusiasmo, que predominava na Europa às portas da guerra, paralisava Russell, para quem “não era possível acreditar que a Europa fosse tão insensata a ponto de mergulhar na guerra, mas estava persuadido de que, se houvesse guerra, a Inglaterra seria envolvida”.¹¹ Assim, a fim de evitar maior catástrofe, Russell empreendeu seus primeiros passos na direção da paz: colheu assinaturas de um grande número de amigos e professores para uma declaração em favor da neutralidade, que foi publicada no *Manchester Guardian*. No dia que a guerra foi declarada, entretanto, grande parte de seus signatários mudaram de opinião e iniciou-se um período de grande solidão em sua vida. No mesmo dia, caminhou pelas ruas e praças inglesas, constatando, para sua infelicidade, que a maior parte das pessoas estava encantada diante da perspectiva da guerra e escreveu: “Eu ingenuamente imaginara, como a maioria dos pacifistas afirmava, que as guerras eram impostas a populações relutantes por governos despóticos e maquiavélicos”.¹²

Sem qualquer apoio dos amigos e professores e incapaz de alheamento, Russell dedicou todas as suas energias a escrever contra a guerra e fazer discursos em reuniões pacifistas. Em nenhum momento acreditou ingenuamente que suas atividades pudessem repercutir da maneira como desejava, mas sentia-se obrigado a fazer o que pudesse. O patriotismo que sentia e as

⁹ AYER, *ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*, p. 20.

¹¹ RUSSELL, *Retratos de Memória*, p. 24.

¹² *Ibidem*, p. 25.

concomitantes vitórias alemãs torturavam-no, mas considerava “que, para honra da natureza humana, aqueles que não tinham perdido a cabeça deviam demonstrar que permaneciam firmes”.¹³ Dessa preocupação, resultaram dois livros: *Principles of Social Reconstruction* (1916) e *Roads to Freedom* (1918) que observavam, particularmente, aquilo que se referia às causas da guerra e às maneiras possíveis de evitá-la. Sua mente, neste momento, se insubordinava ao que se mostrou ser um dos episódios de maior falta de lucidez da história humana e Russell definitivamente não seguiu a multidão para a prática do mal.

No mesmo período, apaixonou-se novamente, desta vez, pela mulher cujo amor representava o “refúgio do mundo de ódio que o cercava”, e, depois de sua demissão do Trinity College, foi conduzido à prisão por toda a campanha pacifista que produzia. Na prisão, onde esteve durante quatro meses, pôde redigir *Introduction to Mathematical Philosophy* (1918).

A Primeira Guerra terminou e, com seu fim, não havia mais motivo para a prisão de Russell, que foi imediatamente readmitido no Trinity College. Então, quando declararam oficialmente o término da guerra, repetiu seu passeio pelas ruas e praças e notou que todos se rejubilavam, inclusive ele, embora tenha permanecido tão solitário quanto antes.

Nesse cenário, quando irrompeu a Revolução Russa, Russell, primeiro, a saudou, como o fez toda a gente, mas, logo que pôde visitar a Rússia, constatou que o regime era odioso, de maneira que, depois de longas conversas com Lênin, concluiu que “tudo o que estava sendo feito e tudo o que se pretendia fazer era inteiramente contrário ao que qualquer pessoa de espírito liberal teria desejado”.¹⁴

Os radicais da época consideravam que todos os intelectuais da esquerda deveriam apoiar a Revolução de qualquer maneira, precisamente porque todas as forças reacionárias se opunham a ela e a criticavam severamente. Russell, diante disso, teve dúvidas sobre como deveria agir, mas em pouco tempo decidiu que alguns princípios não deveriam ser sacrificados em nome de qualquer movimento: declarou publicamente que o regime bolchevista era abominável e nunca encontrou motivo para mudar de opinião. Como ocorrera outras vezes, Russell insistia em manter-se insubordinado às violações que via no mundo e corria, evidentemente, o risco de novas retaliações. Tudo, de fato, teria sido muito pior se não conseguisse nesse período uma viagem à China, onde passou um ano inteiro.

¹³ Ibidem, p. 25.

¹⁴ Ibidem, p. 7.

Durante a estadia na China, Russell entrou, pela primeira vez, em contato com os problemas que a Ásia vivia e impressionou-se, sobretudo, com a aparente anomia em que viviam os chineses. Não obstante, impressionou-se, também, com tudo o que encontrou de admirável na tradição do país, embora julgasse que “nada daquilo poderia sobreviver às investidas postas em prática pela rapacidade do Ocidente e dos japoneses”. Por conta precisamente destas investidas, não teve “a menor dúvida de que veria a China transformada em moderno Estado industrial, tão agressivo e militarista como as potências a que ela era obrigada a resistir”¹⁵ – algo que, de fato, tornou-se realidade depois de alguns anos. Ainda assim, durante o ano que passou no oriente, pôde desfrutar da serenidade que caracterizava a vida na Ásia.

Ao fim desse ano, Russell retornou à Inglaterra e casou-se novamente, dedicando seu ardor intelectual aos problemas sociais que encontrou, sobretudo, no que diz respeito à educação. Como disse: “Não me agradava a educação convencional, mas achava deficiente, na maioria das escolas quanto ao lado puramente escolástico, o que se chama ‘educação progressiva’”.¹⁶ Concomitantemente ao nascimento de seu primeiro filho, publicou dois livros em que discorria especificamente sobre o tema: *Education and good life* (1926) e *Education and the social order* (1932).

Candidatou-se ao parlamento como membro do Partido dos Trabalhadores duas vezes e, depois de doar quase todo o dinheiro de que ainda dispunha, sobretudo, à Universidade de Cambridge e uma de suas faculdades para moças, viajou quatro vezes aos Estados Unidos para lecionar. Durante este período e, principalmente, depois dele, Russell encontra-se no auge de sua atividade literária. Dentre as publicações dessa época de sua carreira, destaco *Why I Am Not a Christian* (1927), considerado, pelos cristãos de sua época, um dos mais blasfemos livros da história da humanidade; *Sceptical Essays* (1928), em que propõe uma metodologia de análise fundamentada no ceticismo para a maior parte dos assuntos que estudava; *Marriage and Morals* (1929), em que enfrenta os hábitos mais cristalizados do código moral da sociedade ocidental no que tange ao casamento e às relações amorosas; e *The Conquest of Happiness* (1930), em que dissecou, com sua análise centrada no indivíduo, os fatores que contribuem para a felicidade humana e os que a impedem. Como bem denota Ayer,¹⁷ “estes livros, considerados chocantes, na época, prejudicaram o autor, por advogarem certa medida de liberdade sexual e

¹⁵ Ibidem, p. 32.

¹⁶ Ibidem, p. 8.

¹⁷ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 28.

contribuíram para a alteração de clima que hoje os faz parecer atuais”. O mesmo autor declara que os leu em sua juventude, quando ainda eram inéditos, e é testemunha do benéfico efeito que tiveram sobre sua época.

No sentido de corroborar e, ao mesmo tempo, aplicar aquilo em que acreditava, Russell e sua esposa decidiram fundar uma escola própria, que orientaram em linhas progressistas, mas não anárquicas que, embora Russell admita em seus escritos não ter tido êxito na experiência, mantivera-se até o início da Segunda Guerra Mundial, quando Russell se separou de sua esposa. Depois da morte de seu irmão, quase no mesmo período, Russell tornou-se o terceiro Conde Russell. Todavia, com o título, também herdou a obrigação de pagar a pensão da segunda esposa de seu irmão, embora não tenha recebido dinheiro algum para isso.

Iniciou-se, portanto, novo período de dificuldades financeiras para Russell; porém, afortunadamente, seu entusiasmo literário reapareceu. Destaco, neste período de animada produção escrita, os títulos *Freedom and Organization 1814-1914* (1934), em que exhibe sua capacidade de escrever história política e, mais especificamente, uma tentativa no sentido de traçar as causas principais da transformação política verificada no período de cem anos que precederam a Primeira Guerra; *In Praise of Idleness* (1935), em que denuncia os males provenientes tanto da crença, cada vez mais difundida, na virtuosidade do trabalho, como da crença de que o caminho para a felicidade e a prosperidade consiste em sua diminuição organizada; e *Which Way to Peace?* (1936), em que sustenta uma posição pacifista com a qual se mostrou insatisfeito à medida que se aproximava a Segunda Guerra.

Em suas pesquisas para a escrita de *Freedom and Organization 1814-1914*, contou com a colaboração de Patrícia, comumente conhecida como Peter Spence, jovem que havia ensinado na escola mantida pelos Russell com quem veio a se casar e ter mais um filho. Depois disso, com a publicação de *Power* (1938), retoma sua dedicação à filosofia com uma série de conferências em Oxford e também na London School of Economics. Em ambas, estimulou o debate com filósofos jovens, entre os quais se encontrava Ayer. Algo que deve ser enunciado, obrigatoriamente, é o fato de que, em *Power*, Russell define o poder como uma nova categoria para a análise social a fim de provar que somente a partir da compreensão de que o “poder é a causa das atividades que são mais importantes nos assuntos sociais, é que a história, quer seja antiga ou moderna, pode ser corretamente interpretada”.¹⁸ Notoriamente, trata-se de um dos aspectos mais relevantes de sua obra no sentido de atestar a atualidade de seu pensamento.

¹⁸ RUSSELL, Bertrand. *O poder, uma nova análise social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 4.

Posteriormente, viaja com a família para os Estados Unidos, onde desempenha funções de professor visitante na Universidade de Chicago e na Universidade da Califórnia, pouco antes de receber a indicação para lecionar em Nova York, que desencadearia uma polêmica controvérsia pública em que seus opositores – a esta altura de sua vida, grupos vinculados a todo tipo de conservadorismo, tanto religioso como político – conseguiram a revogação da indicação.

Não obstante, tal episódio constituiu um marco na luta histórica da universidade contra as forças obscurantistas que tentaram, ao longo dos séculos, impedir o desenvolvimento de ideias que contribuíssem à crítica, por exemplo, dos dogmas das religiões institucionalizadas. Em favor de Russell, manifestaram-se os reitores de todas as universidades nas quais já havia lecionado, além de seus amigos, professores e alunos. Destacavam-se, em sua defesa, seu amigo Albert Einstein e seu antigo orientador Alfred Whitehead. Entre os argumentos que fundamentaram o processo, dois foram essenciais para a decisão judicial: Russell teria, em seus escritos, manifestado seu apoio à homossexualidade e ao adultério e isso bastou para provocar o despautério generalizado que caracterizou os trâmites processuais. De fato, é possível encontrar fundamentos bastante claros de uma nova moral sexual nos escritos de Russell. Porém, como ressalta John Dewey, em um artigo do jornal *The Nation*, aqueles que procuram em seus “escritos quaisquer formas de imundice e obscenidade ficarão decepcionados”.¹⁹

Por conseguinte, Russell encontrou muita dificuldade de conseguir outro emprego nos Estados Unidos e todas as viagens que faria para suas conferências foram canceladas. Afortunadamente, “a Universidade de Harvard, que já o havia convidado para ministrar as ‘William James lectures’, teve a coragem e a decência de manter o convite”²⁰. Não tardou para que fosse convidado para retornar ao Trinity College e, com um adiantamento sobre os direitos de publicação, conseguiu publicar, em seguida, *History of Western Philosophy* (1945), que se tornou seu livro mais bem-sucedido do ponto de vista financeiro e permitiu que vivesse o restante de sua vida sem preocupar-se com dinheiro.

Foi reconhecido novamente como um professor respeitável em Trinity College quando as autoridades inglesas decidiram que havia se tornado venerável e “que sua hostilidade ao comunismo poderia ser usada em proveito do país”²¹. Enviaram-no, por esse motivo, a Berlim para lecionar durante certo tempo, ocasião em que escapou da morte devido a seu vício de fumar

¹⁹ RUSSELL, Bertrand. *Por que não sou cristão*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 223.

²⁰ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 31.

²¹ *Ibidem*, p. 33

cachimbos. Isto porque, durante uma visita à Noruega, a aeronave que o transportava precipitou-se no porto de uma cidade e, por uma fatalidade, todos os passageiros que estavam no compartimento para não-fumantes morreram. Russell, já idoso, foi obrigado a nadar certa distancia até ser resgatado por um bote, mas nada o acometeu além da água gelada.

Inicia-se, então, o período de maior prestígio em toda a carreira do filósofo, embora tenha também se separado da esposa. Nos anos seguintes, foi agraciado, consecutivamente, com a Ordem do Mérito e com o Prêmio Nobel de Literatura. No mesmo período, foi eleito “Honorary Fellow” da British Academy e convidado pela BBC para proferir a primeira série das “Reith Lectures”, que vieram a ser publicadas sob o título *Authority and the Individual* (1949). Casou-se, então, com Edith Finch, que conhecia há muitos anos. Conforme aponta Ayer, “esse casamento foi muito feliz e deu a Russell a paz de espírito que ele não tinha experimentado antes”.²²

Ulteriormente, deixou-se absorver crescentemente pela política devido ao receio de uma terceira guerra mundial, durante a qual temia, sobretudo, que o uso de armas atômicas condenasse a maior parte da espécie humana à destruição. Desde que reconheceu a ameaça como iminente, devotou muito de seu tempo à campanha pelo desarmamento nuclear, tornando-se um dos primeiros intelectuais em favor da causa. Remava, novamente, insubordinado à corrente do mundo.

Os livros que publicou nesse momento – *Common Sense and the Nuclear Warfare* (1959) e, sobretudo, *Has Man a Future?* (1961) – evidenciam de modo suficientemente tangível seus esforços no sentido de promover, além do desarmamento nuclear mundial, um estado de paz estável, que poderia ser obtido, conforme sugere, por meio de um governo mundial.

Em consonância ao movimento a que se dedicava, Russell convenceu muitos cientistas proeminentes de sua época, dentre os quais destaco Joliet-Curie, Linus Pauling e Albert Einstein, a assinar um manifesto em favor da cooperação científica e social pacífica. Tornou-se, concomitantemente, presidente da Campanha Pró-Desarmamento Nuclear, mas demitiu-se depois de dois anos para assumir a direção do Comitê dos Cem que, à época, desencadeava campanhas de desobediência civil.

Em vista de suas atividades anteriores, suas responsabilidades ganharam maior notabilidade, ao passo que interveio fortemente na crise cubana; “defendeu a causa dos judeus

²² *Ibidem*, 34.

na Rússia, dos árabes em Israel e dos prisioneiros políticos na Alemanha oriental e na Grécia”;²³ correspondeu-se com líderes de estado; e, finalmente, criou a “Bertrand Russell Peace Foundation”. Julgou que a maior ameaça à paz mundial fundamentava-se na atuação do governo norte-americano, sobretudo, no Vietnã. Para consubstanciar sua luta, criou o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, que contou com a ajuda de Jean Paul Sartre e de Simone de Beauvoir, para averiguar os crimes de guerra cometidos pelas tropas norte-americanas em território vietnamita. Uma síntese brilhante de todo seu movimento em favor da independência do Vietnã e de seu povo foi publicado sob o título de *War Crimes in Vietnam* (1967), seu último livro, quando desconsideramos sua autobiografia.

Russell, novamente, em seus últimos anos de vida, demonstrou corajosamente sua lealdade à educação que recebeu da avó: nunca seguiu a multidão para a prática do mal. Qualquer que fosse a forma como esta prática se apresentasse – desde as razões imperialistas que conduziram à Primeira Guerra Mundial e à Guerra do Vietnã, até as melhores intenções que conduziram à Revolução Russa –, Russell esteve, durante toda a vida, convicto de seus princípios e, apesar dos momentos de hesitação e dúvida, soube sempre como agir.

Embora a surdez o tenha afligido em seus últimos anos, acompanhada da dificuldade para deglutir, Russell demonstrou durante toda a vida muito boa saúde e decidiu como seu último dia chegaria: “Desejaria morrer enquanto ainda estivesse trabalhando, sabendo que outros continuarão o que não posso mais fazer, e satisfeito com a ideia de que o que era possível foi feito”.²⁴ Bertrand Russell faleceu no dia 2 de fevereiro de 1970, quase aos noventa e oito anos de idade, inspirado até o fim da vida por seu “fervor moral, a constante preocupação com a humanidade e a surpreendente energia física e moral que sempre o estimularam”.²⁵

Muitas lições depreendem-se, a meu ver, desta longa e estimulante trajetória. Inspiramos a perseverança com que Russell perseguiu seus princípios e objetivos, posicionando-se, não poucas vezes, contra o mundo para salvá-lo de sua própria insanidade e despautério. No entanto, não é apenas a partir dos acontecimentos concretos descritos em sua biografia que podemos aprender. Talvez, a lição de maior valor para a contemporaneidade decorra, ao invés disso, de seu modo de pensar – de seu modo de perceber e entender o mundo em que viveu –, que o orientou sobre como agir quando todos os antigos critérios de validade moral se perderam ou se tornaram insuficientes, em meio às crises do século XX. O que demonstra, portanto, a

²³ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 35.

²⁴ RUSSELL, *Retratos de Memória*, p. 46.

²⁵ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 36

importância de seu pensamento político é sua atualidade: o fato de que seu modo de pensar permaneceu relevante apesar do transcorrer dos anos e, por isso, merece dedicada atenção.

Evidentemente, não há um método por meio do qual seja possível analisar um modo de pensar, sobretudo, um modo de pensar ativo como o de Russell, expresso ao longo de mais de setenta livros. No entanto, proponho uma análise fundamentada em quatro categorias essenciais de seu pensamento político, a fim de acentuar os delineamentos por meio dos quais compreendo o próprio Russell. É relevante observar que todas as categorias que utilizo em minha análise estão intimamente associadas e, apesar de distintas, complementam-se.

Em primeiro lugar, evidencio sua *compreensão da humanidade como um todo*, como espécie biológica engajada em ajustar-se a seu meio ambiente.²⁶ Para compreender efetivamente seu pensamento político, é necessário, antes, entender que Russell não via motivo racional para a divisão da humanidade em grupos políticos, senão para que uns pudessem impor prerrogativas e privilégios em detrimento de outros.

Sob essa perspectiva, condenou o nacionalismo, sobretudo devido a dois aspectos: por um lado, porque “um mundo cheio de patriotas pode ser um mundo pleno de discórdia” e, por outro, porque “quanto mais intensamente uma nação crê em seu patriotismo, tanto mais fanaticamente indiferente se torna ao mal sofrido pelas demais”. Deve-se reconhecer, por meio da categoria da “compreensão da humanidade como um todo”, a convicção de Russell de que “quando os homens tiverem aprendido a subordinar seu próprio bem ao bem de um todo mais amplo, não poderá haver qualquer razão válida para conter a raça humana”.²⁷

Trata-se, de fato, de uma convicção que Russell desejava ver construída por meio da educação, conforme afirma no seguinte excerto:

Penso que no programa educacional devemos insistir no princípio de que a humanidade é uma família com interesses comuns – portanto a cooperação é mais conveniente do que a rivalidade, e amar o próximo é, não só um dever moral normalmente inculcado nas aulas de religião, mas também o melhor caminho a seguir para alcançar a felicidade própria.²⁸

Ademais, Russell fundamentava sua convicção na premissa de que devemos “aceitar a ideia de que o nosso vizinho também tem direito a ser feliz, se nós próprios queremos ser

²⁶ RUSSELL, Bertrand. *New hopes for a changing world*. Londres: George Allen & Unwin Brothers, 1951.

²⁷ RUSSELL, Bertrand. *Princípios de reconstrução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958a, p. 37.

²⁸ RUSSELL, Bertrand. *A minha concepção do mundo*. Brasília: Brasília Editora, 1970, p. 177.

felizes”²⁹ e esperava, assim, que cada homem e cada mulher pudessem compreender que “o indivíduo não é o fim e o objetivo de sua própria existência”: além do indivíduo, como explica, existe a comunidade e o futuro da humanidade.³⁰ Considero, acima de tudo, que sua intenção basilar era promover uma superação do sentimento de nacionalismo exacerbado, que vigorava e fora causa dos mais terríveis desmandos de sua época, e sua conseqüente substituição pelo amor à humanidade, capaz de evidenciar a irracionalidade dos motivos de quaisquer guerras, desencorajando-as. Com isso, Russell determinou que, a fim de superar o despautério da guerra e do nacionalismo, “o conceito em mira será o da raça humana como um todo, a lutar contra o caos externo e a cegueira interna, com a débil luz da razão a desenvolver-se em fanal”, de maneira que qualquer forma de divisão deve ser confrontada: “a divisão entre raças, nações e credos deve ser apresentada como loucuras que nos distraiam da luta contra o caos e as trevas, pois que essa luta constitui a atividade humana essencial”.³¹

Em segundo lugar, destaco a *concepção da história* de Russell que, em perfeita consonância com a categoria anterior, proporcionou-lhe a constatação de que um modo mais abrangente de compreender a história seria fundamental para promover as mudanças de que a humanidade necessita. Russell foi um leitor ávido e interessado da história e iniciou seus estudos quando, depois de verificar “a crueldade, a perseguição e a superstição aumentar em grandes saltos”, sentiu grande tristeza, da qual gostaria de se desfazer. Afortunadamente, com uma compreensão mais apropriada da história, concluiu que “a loucura é perene, mas que, não obstante, a raça humana sobreviveu”, além de que “as loucuras de nossa própria época são mais facilmente suportadas quando vistas tendo em segundo plano as loucuras do passado”.³² Posteriormente, o que primeiro obtive destes estudos, foi “a sensação de que é uma gota num grande rio e não uma entidade à parte, estreitamente delimitada”. Por esse motivo, defendeu desde então que todo aquele “cujos interesses se acham limitados pelo curto espaço de tempo que vai do nascimento à morte, possui uma visão míope e uma limitação de perspectiva que dificilmente poderão deixar de reduzir o alcance de seus desejos e esperanças”.³³

Depois de ressaltar que o mesmo se verifica para comunidades inteiras, prossegue considerando a desconstrução das certezas consolidadas no tempo e na tradição como outro aprendizado proveniente do estudo da história. Assim, a partir do entendimento de que “a

²⁹ Ibidem, p. 179.

³⁰ Idem, 1958a, p. 140.

³¹ RUSSELL, Bertrand. *Educação e vida perfeita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956b, p. 228.

³² RUSSELL, Bertrand. *Ensaio Impopulares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956c, p. 93.

³³ Idem, 1958b, p. 177.

certeza absoluta constitui a fonte de muitas coisas más de nosso mundo atual”, Russell defende tratar-se de “algo de que a contemplação da história deveria curar-nos”, precisamente porque “se verificou que muita coisa considerada como sabedoria se converteu, mais tarde, em insensatez – o que nos sugere que muito da nossa suposta sabedoria não é melhor do que a anterior”.³⁴

Ademais, da constatação de que o ensino foi usado para glorificar a guerra, Russell depreende que “a história devia versar mais sobre o mundo em geral do que sobre um país em particular e devia salientar mais as questões de importância cultural do que as guerras”, de modo que, quando seu estudo for inevitável, “não devem ser ensinadas somente sob o ponto de vista do vencedor e dos feitos históricos”.³⁵ Durante este estudo, conforme acrescenta Russell, o educando “deve meditar sobre o campo de batalha com os seus feridos, sentir a angústia dos que ficaram sem lar nas regiões devastadas e conhecer todas as crueldades e injustiças para as quais a guerra oferece oportunidades”.

Em vista disso, Russell afirma que um ensino mais apropriado da história pode ser a medida certa para o enfrentamento dos diversos problemas que encontra no modo de viver de seu século e evidencia que “schools will have to teach not only the narrow and biased nationalistic history which has hitherto been often thought sufficient, but world history from an impartial point of view”.³⁶ Observo que, conforme enunciado anteriormente, há notória consonância entre as principais categorias de seu pensamento, cuja confluência pode ser verificada em sua afirmação sobre a criança frente à educação: “o comportamento entre iguais é o que ela mais precisa aprender. Muitas das desigualdades existentes no mundo são artificiais e será uma boa coisa que a criança as ignore”.³⁷

A fim de encerrar a abordagem da segunda categoria do pensamento de Russell, gostaria de acrescentar sua defesa de que o ensino da história, e também da geografia, deveria ser iniciado por meio do cinema, apropriado para

³⁴ Idem, 1958b, p. 177.

³⁵ RUSSELL, Bertrand. *Educação e ordem social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a, pp. 100-101.

³⁶ Idem, 1951, p. 146. “As escolas deverão ensinar, não a estreita e enviesada história nacionalista que tem sido, até agora, frequentemente suficiente, mas a história do mundo de um ponto de vista imparcial” (tradução livre do autor).

³⁷ Idem, 1956b, 157.

To cure provincialism in space and time, and to make children realize that actual human beings with actual feelings can be outwardly very different from the people among whom they live, but inwardly composed of the same human material.³⁸

Mais uma vez, é possível observar a correlação entre as duas primeiras categorias de seu pensamento, precisamente porque, conforme o excerto anterior revela, trata-se de uma tentativa de estimular a compreensão da humanidade como um todo por meio da história que, como vimos, seria ensinada, primeiro, com filmes. Trata-se, ademais, de um modo de pensar a educação que nos reitera sua atualidade.

Em terceiro lugar, apresento a *coerência consigo mesmo, apesar do mal-estar com o mundo* como a categoria mais intáctil do pensamento de Russell, de modo que, para compreendê-la inteiramente, devemos recorrer à experiência de Sócrates. Em *Górgias*, Sócrates propõe leis morais, sobre as quais tenta, com certa dificuldade, convencer seus interlocutores. Dentre tais leis morais, destacam-se as máximas: “É melhor sofrer o mal do que o cometer” e “é melhor para o agente ser punido do que se manter impune”. Então, no decorrer de sua argumentação, Sócrates empreende a seguinte afirmação:

Aliás, ao menos eu julgo, excelente homem, que é melhor que minha lira, ou o coro do qual sou corego, seja desafinada e dissonante e que a maioria dos homens não concorde comigo e afirme o contrário do que digo, do que eu, sendo um só, dissone de mim mesmo e diga coisas contraditórias.³⁹

E, dessa maneira, nos ensina uma lição ímpar sobre seu modo de agir: acaso discorde de outras pessoas, posso sempre me afastar de seu convívio, contudo nunca posso afastar-me de mim mesmo. A lição de Sócrates nos demonstra, inclusive, o motivo por que é melhor sofrer o mal do que o cometer: quando cometo o mal, sou obrigado a conviver com um malfeitor e não há como desvencilhar-me dele.⁴⁰

Sócrates considera, evidentemente, de tal modo intolerável estar em desacordo consigo mesmo que prefere, além da lira desafinada, estar em desacordo com a maioria dos homens, o que o colocaria em mal-estar com o mundo. O pensador por excelência, Sócrates, demonstrou

³⁸ Idem, 1951, p. 205. “Curar o provincialismo no espaço e tempo e fazer com que as crianças percebessem que o verdadeiro ser humano, com sentimentos reais, pode ser externamente bastante diferente das pessoas entre as quais elas vivem, mas interiormente é composto pelo mesmo material humano” (tradução livre do autor).

³⁹ PLATÃO. *Górgias/Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 295.

⁴⁰ Esta interpretação do diálogo no *Górgias* coincide com aquela apresentada em ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

que a força do enunciado moral está intimamente associada à vida de seu enunciador e o fez acatando sua condenação à morte como corruptor da juventude quando lhe ofereceram a redenção somente a expensas de sua renúncia à investigação e à filosofia. Logo, apesar de sua consideração e de seu afeto por Atenas, nunca renunciaria à filosofia nem mudaria seu modo de vida para que não estivesse em desacordo consigo mesmo, a despeito de estar, assim, em profundo mal-estar com o mundo. Por esse motivo, passados dois mil anos, ainda discutimos os ditos e feitos memoráveis de Sócrates.

Quando me refiro, portanto, à *coerência consigo mesmo, apesar do mal-estar com o mundo* como categoria do pensamento de Russell, entendo, sobretudo, sua capacidade de, como o fez Sócrates, manifestar-se contra os homens e contra o mundo para que nunca estivesse em desacordo consigo mesmo. Capacidade que, embora estivesse presente em sua personalidade durante toda a vida, fora apresentada, destacadamente, em três momentos: durante sua adolescência com relação à religião e no decorrer tanto da Primeira Guerra Mundial como também da Revolução Russa.

No primeiro deles, sua adolescência, Russell sentia profundo incômodo e pesar à medida que percebia sua descrença na fé religiosa de sua família, corporificada nas fortes crenças da avó. Depois de analisar um a um os dogmas fundamentais de sua religião na esperança de encontrar razão para sustentar sua fé, chegou, então, ao ponto em que se tornou insustentável e rebelou-se, segundo ele, em nome do intelecto. O interesse que demonstrou durante toda a vida pela filosofia surgiu nesse preciso momento enquanto toda a família o reprovava severamente pelo abandono da fé religiosa. O que sobrelevo desta delicada situação é que, apesar de sentir-se infeliz por estar “intelectualmente afastado da avó e por dar-se conta de que rejeitar-lhe as crenças religiosas aumentava a distancia entre os dois”,⁴¹ como descreve Ayer, Russell não cedeu às reprovações da família e, com isso, não se contradisse.

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, Russell sentiu-se solitário em toda campanha pacifista a que se dedicou. Muitos professores e amigos que conheceu quando ingressou em Cambridge repreenderam-lhe amargamente e duvidaram de seu amor pela Inglaterra. Então, apesar das torturas de seu patriotismo, que o fazia sofrer a cada derrota inglesa, Russell manteve-se firme na luta pela paz:

Não obstante, jamais tive um momento de dúvida quanto ao que devia fazer. Às vezes, sentia-me paralisado pelo ceticismo; outras vezes, mostrava-me cínico ou, então,

⁴¹ AYER, *As ideias de Bertrand Russell*, p. 15.

indiferente, mas, quando a guerra irrompeu, foi como se eu ouvisse a voz de Deus. Sabia que me competia protestar, por mais inútil que o protesto pudesse ser. Toda a minha natureza estava envolvida naquilo.⁴²

Mais uma vez, demonstrou que não entraria em desacordo consigo mesmo, ainda que isto o colocasse diante do desagrado de muitos dos amigos que mais considerava. Por fim, durante o início da Revolução Russa, Russell viveu outro momento de grande solidão ao manifestar-se contra o que estava ocorrendo no país. Construiu-se, de certo modo, uma norma rígida de conduta, segundo a qual nenhum intelectual de esquerda poderia criticar, sequer construtivamente, o sistema soviético, sobretudo, porque políticos e intelectuais de direita podiam aproveitar-se das críticas para endossar as suas próprias.

Russell viu-se novamente em meio ao mesmo dilema, mas optou mais uma vez por manter-se íntegro em suas convicções: depois de regressar de uma visita à Rússia, onde conversou durante horas com Lênin, redigiu seu primeiro livro denunciando o que encontrava de inconsistente no país, depois da Revolução. Provocou para si, com isto, o desagrado de mais amigos, professores e intelectuais europeus, escrevendo, posteriormente: “Nisto divergi de quase todos os amigos que fizera desde 1914. A maioria das pessoas ainda me odiava por ter-me oposto à guerra, e uma minoria, que não me odiava por esse motivo, me denunciou por não louvar os bolchevistas”.⁴³

E, para concluir, em quarto lugar, assinalo sua *insubordinação ao estabelecido*. Trata-se, definitivamente, de sua característica mais notável e, de algum modo, também mais simples, precisamente porque, para Russell, “o pensamento, por excelência, caracteriza-se por ser revolucionário, anárquico e subversivo⁴⁴ – além de sua indiferença com relação ao privilégio, às instituições estabelecidas e aos hábitos confortáveis”.

Existem inúmeros exemplos que evidenciam o modo como sua concepção do pensamento se manifestou no que se refere a áreas aparentemente bastante distintas. Dentre tais exemplos, destaco, principalmente, sua relação com a religião. Afinal, de acordo com a perspectiva de Russell, poucas coisas devem figurar mais adequadamente no conjunto de “privilégios, instituições estabelecidas e hábitos confortáveis” do que a religião.

Russell tornou-se, desde a adolescência, um crítico severo da religiosidade, sobretudo, cristã, motivado por seu entendimento de que a religião representa, muitas vezes, uma resposta covarde da humanidade frente ao universo, que decorre precisamente de sua convicção de que

⁴² RUSSELL, *Retratos de Memória*, p. 25.

⁴³ *Ibidem*, p. 7.

⁴⁴ *Idem*, 1958a, p. 120.

“o medo é a base do dogma religioso, assim como de muitas outras coisas na vida humana. O medo dos seres humanos, individual ou coletivamente, domina muito de nossa vida social, mas é o medo da natureza que dá origem à religião”.⁴⁵ Dessa maneira, depreende-se sua compreensão de que a religião teria dignificado certos tipos de medo que não foram, desde então, julgados vergonhosos.

A despeito de reconhecer que a humanidade é digna de ser preservada precisamente devido à sublimidade que demonstrou por meio da religião, da arte e da literatura, Russell crê que a maior parte das pessoas aceita a religião por motivos emocionais. Mais especificamente, aceitam-na justamente porque acreditam que a religião é responsável pela virtude do homem e, por isso, nos dizem que é errado atacá-la.⁴⁶

A partir disso, podemos constatar o modo como Russell associa a religião à comodidade das instituições estabelecidas e dos hábitos confortáveis. No entanto, o que Russell criticava, mormente, encontrava-se no substrato da religião enquanto dogma:

A religião impede que nossos filhos tenham uma educação racional; a religião nos impede de exterminar as causas fundamentais da guerra; a religião nos impede de ensinar a ética da cooperação científica, em lugar das antigas doutrinas aterradoras a respeito do pecado e do castigo. É possível que a humanidade esteja no limiar de uma idade de ouro, mas, se estiver, primeiro será necessário matar o dragão que vigia a porta – esse dragão é a religião.⁴⁷

De fato, seu posicionamento não surpreende. Afinal, Russell assistiu às mais terríveis guerras da história e soube, desde o primeiro momento, que o cristianismo professado pela maioria dos países envolvidos não fora capaz de aplacar ou sequer amenizar as hostilidades manifestas. Ademais, Russell, que sempre advogou em favor de medidas para o controle mundial da natalidade, encontrou muita resistência em sua campanha, principalmente, por parte dos cristãos, afirmando que a questão do crescimento populacional “desde o advento do cristianismo tem sido deixada à mercê do cego funcionamento do instinto”.⁴⁸

Assim, aos “cristãos” Russell não poupava críticas, que se impregnaram de sua agudeza e sagacidade. Dizia, por exemplo, que quando Cristo nos ensinou que devíamos amar uns aos outros, “causou tanta fúria que a multidão gritou: Crucifiquem-no! Crucifiquem-no!”. E completa: “desde então, os cristãos têm seguido a turba mais que ao Fundador de sua religião.

⁴⁵ RUSSELL, Bertrand. *No que acredito*. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 37.

⁴⁶ Idem, 2011.

⁴⁷ Ibidem, p. 68.

⁴⁸ RUSSELL, Bertrand. *O casamento e a moral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977b, p. 166.

E aqueles que não são cristãos de modo algum ficam atrás”.⁴⁹ Em outros escritos, defende que devemos aprender como “corporificar nos assuntos humanos um pouco daquele espírito de fraternidade que Cristo ensinou e que as igrejas cristãs esqueceram”.⁵⁰

Todavia, Russell não dirigiu suas duras críticas à religiosidade apenas, mas a tudo que dela decorria de alguma forma. Os códigos morais tradicionais também foram alvo de sua censura e desaprovação, sobretudo aqueles que, reconhecidamente, provinham da moralidade cristã. Dentre as normas da moralidade que criticava, destaco principalmente a moral sexual, que julgava demasiadamente pernicioso, defendendo, por exemplo, ainda na primeira metade do século XX, que não havia motivo racional para criminalização da homossexualidade. Deprendia sua defesa da constatação de que a maior parte das leis que condenavam a homossexualidade “é efeito de uma bárbara e ignorante superstição, em favor da qual não é possível apresentar um único argumento racional”.⁵¹ De forma mais ampla, constatara que “é fato curioso que as coisas a que os deuses se opõem raramente fariam muito mal se não despertassem a cólera divina”.⁵²

Os atos e palavras descritos anteriormente evidenciam, de fato, seu hábito de contestar, frequentemente, aquilo que era estabelecido e encontraremos, portanto, inúmeras passagens em que se rebela contra as normas da moralidade e da conduta que predominaram em seu século. Reconhecia, por exemplo, que, durante muito tempo, as mulheres “foram conservadas artificialmente burras e, conseqüentemente, desinteressadas”⁵³ e grande parte da humanidade padecia agora devido à falta das contribuições que poderiam lhe ter proporcionado.

É possível, também, compreender, de um modo mais abrangente, a crítica de Russell à moralidade vigente como produto de sua concepção da história – segunda categoria de seu pensamento, como proposto no presente estudo. Aserção que se torna evidente quando, depois de descrever a prática do canibalismo dos astecas – que o faziam por temer que a luz do sol esmaecesse – e a prática de algumas tribos que mantinham as mulheres confinadas em lugares escuros dos dez aos dezessete anos – com receio de que a luz do sol pudesse engravidá-las –, Russell formula a seguinte questão:

Será que nossos modernos códigos de moralidade nada contêm que seja análogo a essas práticas selvagens? É possível que proibamos apenas as coisas que são

⁴⁹ RUSSELL, Bertrand. *Ética e Política na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977a, p. 146.

⁵⁰ RUSSELL, Bertrand. *Ideais Políticos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 90.

⁵¹ Idem, 1977b, p. 77.

⁵² Idem, 1956a, p. 72.

⁵³ Idem, 1977b, p. 22.

verdadeiramente danosas ou, de uma forma ou de outra, tão abomináveis que nenhuma pessoa decente seria capaz de defendê-las? Não estou muito certo disso.⁵⁴

Destarte, devido as suas inúmeras tentativas de desconstruir o que havia sido canonizado por anos de tradição, a importância da insubordinação ao estabelecido como categoria de seu pensamento deve ser sublinhada. Afinal, conforme Russell justificava, “o hábito animal é suficiente, por si mesmo, para fazer o homem gostar dos velhos processos, da mesma maneira que faz com que um cavalo goste de seguir certa estrada que geralmente costumava seguir”.⁵⁵

Por fim, é possível elucidar algumas das íntimas relações entre as quatro categorias de seu modo de pensar. Evidencio, de início, que sua compreensão da humanidade como um todo e sua insubordinação ao estabelecido provêm muito semelhantemente de sua concepção da história. Afinal, é por conceber a história da humanidade como o faz Russell que é possível perceber que o estabelecido é sempre um produto social e pode ser desfeito quando é pernicioso e causa danos à humanidade. Da mesma forma, sua capacidade de nunca contradizer a si mesmo, apesar de seu mal-estar com o mundo, deriva precisamente das outras três categorias. Justamente porque compreende a história de maneira mais ampla e concebe a humanidade como uma grande família, é capaz de perceber quando determinados empreendimentos, a despeito do bem que promovem, causam dor e sofrimento a grande parcela do mundo, o que lhe era intolerável. Além disso, insubordinar-se contra o estabelecido pode ser entendido como causa e efeito de sua concepção da história: ambas as categorias, para além de se complementar, retroalimentam-se. As maneiras de associar as quatro categorias são muitas e todas reiteram a convicção moral que delas decorre, acentuando os contornos do pensamento deste filósofo. Torna-se uma possibilidade interessante, portanto, que as tenhamos em mente durante a leitura de seus escritos.

Depreendemos do estudo da biografia e das principais categorias do pensamento de Russell, muito da virtude e do vigor que qualificam sua relevância. Há de se reconhecer, portanto, que, embora Russell tenha vivido quase cem anos durante um século em que o mundo sofreu muitas mudanças, o exame de sua biografia nos sinaliza momentos de crítica lúcida e de muita contribuição teórica às questões importantes que preocuparam mulheres e homens de sua época. Questões que ainda nos preocupam por sua seriedade e que, também por isso, tornam o pensamento russelliano relevante na atualidade.

⁵⁴ Idem, 2009, p. 61.

⁵⁵ Idem, 1956a, p. 10.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AYER, Alfred Jules. *As ideias de Bertrand Russell*. São Paulo: Cultrix, 1974.

PLATÃO. *Górgias/Platão*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

RUSSELL, Bertrand. *New hopes for a changing world*. Londres: George Allen & Unwin Brothers, 1951.

_____. *Educação e ordem social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a.

_____. *Educação e vida perfeita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956b.

_____. *Ensaio Impopulares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956c.

_____. *O poder, uma nova análise social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____. *Princípios de reconstrução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958a.

_____. *Retratos de Memória*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958b.

_____. *A minha concepção do mundo*. Brasília: Brasília Editora, 1970.

_____. *Ética e Política na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977a.

_____. *O casamento e a moral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977b.

_____. *Ideais Políticos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *No que acredito*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

_____. *Por que não sou cristão*. Porto Alegre: L&PM, 2011.